

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

IV

ENCONTRO NACIONAL  
*de*  
AUTARCAS

Santarém  
Centro Nacional de Exposições  
2002.NOVEMBRO.11



ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

Exmo. Senhor.....

Em face de tão grande adesão a este IV Encontro de Nacional de Autarcas, não posso deixar de enaltecer mais esta inequívoca manifestação de força dos eleitos locais. Tratando-se do dia possível e certamente um dia menos adequado, esta participação massiva, contudo, expressa bem a nossa determinação em prol da defesa da autonomia do poder local e dos interesses das populações que servimos.

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

Agradeço, por isso, a todos os presentes, neles revendo o meio milhão de cidadãos que, desde o 25 de Abril, se empenharam de corpo e alma no poder local democrático. Pessoas trabalhadoras e dedicadas, conhecedoras e interessadas pelos problemas das suas terras e dos seus conterrâneos, elas foram pioneiras na transformação radical que varreu o País de lés-a-lés.

Dotaram os seus Concelhos de toda a sorte de infra-estruturas básicas e equipamentos sociais. Do abastecimento de água e de electricidade à recolha e tratamento de efluentes e resíduos, da habitação social aos equipamentos de fruição colectiva de carácter desportivo, recreativo, cultural, económico ou de lazer, enfim, uma



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

miríade de intervenções e realizações sociais, que são marcos indeléveis desses obreiros notáveis.

Dai, sem receio de desmentido e acompanhado pela esmagadora maioria dos cidadãos, ousamos afirmar tratar-se de uma das realidades mais palpáveis e concretas depois do 25 de Abril.

É certamente por isso que um recente estudo de opinião concluiu que as autarquias estão bem vistas pelos Portugueses, o que sobremaneira releva num contexto particularmente adverso ao poder político.

É certamente também pela notabilidade dessa obra, que a confiança do cidadão na sua Câmara é elevada e bem

acima das demais instituições nacionais, com excepção do Presidente da República.

Se a obra existe e é tão marcante, não compreendemos nem permitiremos que algumas dessas Instituições procurem apoucar ou mesmo denegrir o nosso trabalho. E, por maioria de razão, mais ainda nos insurgiremos contra alguns “fazedores de opinião” e as suas lucubrações peregrinas, com as quais procuram manchar a nossa imagem. Só que enquanto eles falam, nós continuamos quotidiana e titanicamente a fazer todo o possível para que haja uma progressiva melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

Contra quem quer que pretenda depreciar o Poder Local responderemos sempre com o resultado da nossa acção. Acção que nos responsabiliza cada vez mais, mas que simultaneamente nos orgulha nos seus resultados. Relativamente à Administração Central, por exemplo, as Autarquias investem o dobro em Ambiente e o triplo em Cultura. Aqui se vê como é falsa a ideia, com que teimam em conotar-nos, de que promovemos apenas a cultura do betão. A verdade é que o ambiente e a cultura são preocupações e prioridades da gestão autárquica bem mais vincadas do que a nível central.

E porque o nosso objectivo último é o bem-estar dos cidadãos, apostamos no desenvolvimento sustentado das nossas regiões, promovendo o necessário crescimento

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

económico, a imprescindível salvaguarda do meio ambiente e a esperada qualidade de vida das pessoas.

Caros colegas,

acabei de invocar este riquíssimo histórico do nosso passado autárquico para legitimar as nossas pretensões e enfatizar ainda mais o significado deste nosso Encontro.

É exactamente esse passado e as responsabilidades que o mesmo nos acarreta, que justificam, à sociedade, a nossa preocupação na busca dos financiamentos que necessitamos.

Mas somos parcimoniosos nos gastos correntes, o que tem permitido reencaminhar as respectivas receitas para investimento. Não admira, pois, que nos últimos anos e



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

como o atesta o INE, as nossas Contas de Gerência demonstrem sempre um crescimento do investimento claramente superior ao crescimento da despesa corrente.

Estranhamos imenso quando vemos alguém com responsabilidades governativas tentar pôr a tónica no aumento percentual dessa despesa corrente. Como os dados do INE, que acabo de referir, bem o demonstram teríamos legitimidade até para o fazer.

O problema é que os responsáveis por tais afirmações não sabem do que falam. É que se o aumento das despesas correntes da Administração Central se pode considerar preocupante, o aumento inevitável de muitas despesas correntes das Autarquias é salutar. Como se pode pôr à



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

fruição dos nossos cidadãos determinados equipamentos sem haver despesas correntes para o seu funcionamento?

Basta lembrar o caso dos contratos-programa de construção de BM's, para constatar como os autores dessas afirmações desconhecem a realidade da nossa acção. Para conseguirmos apoio à construção de uma BM, temos como obrigação aceitar um quadro de pessoal para o seu funcionamento.

Felizmente que há gente no Governo, de que destaco o Ministro das Cidades, que conhece bem estas matérias.

Quando recorremos ao crédito, mais não queremos do que antecipar a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos. Mas também neste particular temos sido

AMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

extremamente criteriosos e moderados, pelo que não nos cansaremos de repetir que o peso do nosso endividamento no endividamento nacional não vai além dos 2%. Note-se, a propósito, que não temos, ao contrário de outros países da Europa, um Banco especializado no crédito local, exactamente porque o volume de negócio o não justifica. Rejeitamos, por isso, a desproporcional e absurda propalação de responsabilidade das Autarquias no excessivo défice público.

Os eleitos locais granjearam e têm mantido a estima dos cidadãos. Porque conhecem como ninguém e se preocupam com as suas necessidades, as suas aspirações e muitos dos seus sonhos. Porque demonstram no dia-a-dia

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

capacidade para angariar os meios indispensáveis à  
satisfação dessas necessidades, à concretização dessas  
aspirações e à materialização de alguns desses sonhos

É por isso e só por isso que aqui estamos.

Para isso, o País sempre contou e pode continuar a contar  
connosco: COMIGO, com o MÁRIO, com o NARCISO,  
com a ISABEL, com o GANHÃO... Enfim, com TODOS  
NÓS!

É isto que nos move — e só isto!!! Move-nos tão-  
samente a defesa intransigente do Poder Local, pelo que  
nunca nos deixaremos arrastar para qualquer espécie de  
aproveitamento.



Esta convergência à volta dos temas marcantes do poder local e a decorrente coesão interna da ANMP permitem a tomada de posições coerentes, porque assentes numa aprofundada e ampla discussão. Por isso, estamos convictos do vosso apoio aos termos da Declaração Final que vos apresentaremos. Nela deixaremos expresso, de forma bem vincada, que a questão do despesismo não são contas do nosso rosário. A Administração Central é responsável por 98% da Dívida Pública.

Parece que não é preciso dizer mais nada.

É absolutamente intolerável que nos considerem bodes expiatórios da difícil situação a que se chegou, simplesmente porque tal não tem o mínimo de correspondência com a realidade. Pensamos, aliás, que

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

somos uma das principais vítimas do problema, pelo que não deixaremos que nos sentem no banco dos réus, para justificar o desvario de terceiros.

Como repetidamente vimos afirmando, estamos disponíveis para colaborar na disciplina das Contas Públicas.

Mas será bom que o Governo e as demais instituições nacionais assimilem a capacidade que as autarquias têm para potenciar os recursos que são postos à sua disposição: com pouco mais de 10% da receita do Estado somos capazes de realizar 45% do investimento e assegurar 18% do emprego. E estes números não são da nossa responsabilidade. São fornecidos por Instituições

nacionais credíveis e, como tal, divulgá-los-emos até à exaustão, enquanto não forem rebatidos fundamentadamente por outros. Nesta base, manifestamos com veemência a nossa perplexidade pelo levantamento das áreas, até agora excepcionadas da capacidade de endividamento.

Refiro-me à habitação social e ao co-financiamento dos Fundos Comunitários.

Podemos até não achar estranho por que é que o Euro-2004 resistiu!!!

Podemos até aceitar o Euro-2004 como um desígnio nacional.

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

Mas...desígnio nacional — e tão ou mais importante — é, porém, a construção de habitações para quem delas mais precisa.

Desígnio nacional porventura tão importante é também o bom aproveitamento dos Fundos Europeus.

Desígnio nacional será ainda a construção dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento do sistema de educação e ensino.

Estou certo da concordância de todos os autarcas dos Municípios e das Freguesias quanto às grandes linhas de pensamento expostas e às preocupações relevadas.



Conscientes de que a obliteração das fontes de financiamento das autarquias vai afectar a qualidade de vida das populações,

certos de que somos alheios ao despesismo nacional,

não compreendemos as enormes dificuldades que o OE/2003 impõe às Autarquias Portuguesas e designadamente no que toca à habitação social e às obras cofinanciadas por Fundos comunitários.

Apesar disso, reafirmamos a nossa disponibilidade para integrar o esforço de superação do problema orçamental, mas exigimos uma compreensão estruturante do nosso âmbito de acção, de molde a garantir a estabilidade da gestão e do planeamento.

Nessa base, vamos reafirmar e prosseguir com vigor a defesa do Poder Local,

ANMP



Associação  
Nacional de  
Municípios  
Portugueses

vamos reafirmar o papel inalienável passado e futuro dos  
Municípios no desenvolvimento do País

vamos reafirmar a descentralização como um pressuposto  
desse desenvolvimento,

vamos finalmente reafirmar que essa descentralização só é  
possível com garantia de meios financeiros compatíveis.

*Fernando Ruas,*  
*Presidente do Conselho Directivo da ANMP*  
[IV Encontro Nacional de Autarcas]  
(2002.Nov.11)